

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III***DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2024****Processo Licitatório nº 686/2024****Processo Recurso nº 16.273/2024**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para os serviços de LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 818 de 03 de julho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 14 de junho de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para os Grupos III, **SANE LAGOS LTDA**, denominadas Recorridas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90047/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega (I) descumprimento objetivo do Item 18.4 – Qualificação Econômico Financeiro, do Edital, ou seja, a empresa Sane Lagos LTDA apresentou balanço patrimonial apenas do ano 2022;

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida alega que, o balanço patrimonial é um relatório financeiro que apresenta a condição patrimonial de uma empresa ao final de um período e é considerado como a mais fundamental demonstração financeira de uma empresa.

Por representar a evolução contábil do patrimônio, toda empresa é obrigada, por lei, a elaborar o seu balanço patrimonial ao final de cada exercício.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

Dessa forma, a empresa SANE LAGOS LTDA cumpriu na íntegra a exigência contida no Item 18.4 do Edital, uma vez que apresentou o seu balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou seja, dos anos de 2021 e 2022, estando inclusive presentes no SICAF como abaixo demonstrado:

Consulta Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira

Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor	DURSE
33.149.101/0001-88	SANE LAGOS LTDA	Não consta na RFB	Credenciado	923384208
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível VI			
28/03/2025	Cadastrado			

Balancos Patrimoniais

2022

Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022	06/2024	[VOLTAR] [RELATÓRIO]

2021

Quanto ao balanço patrimonial referente ao exercício social do ano de 2023, questionado pela recorrente, ressaltamos que o prazo final para apresentação do mesmo é o último dia útil do mês de junho de 2024, ou seja, dia 28 de junho de 2024.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Inicialmente, cumpre informar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da vinculação ao edital, sob o qual o art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe:

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Neste contexto, é dever supremo da Administração Pública o cumprimento das regras estabelecidas no edital.

Quanto ao mérito, em análise aos pontos percorridos na peça recursal, de acordo com a legislação pertinente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expõem-se abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentam a decisão final.

Vejamos, então, o que dispõe o instrumento convocatório acerca da apresentação do documento apontado pela Recorrente:

18.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

Resta claro que, para a habilitação da proponente, o edital exige, dentre outros documentos, a apresentação do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, bem como, suas respectivas alterações, se houverem.

Contudo, não foi observado no momento do julgamento que, constava no SICAF da empresa SANE LAGOS LTDA, os balanços dos exercícios de 2021 e 2022.

Tal observação foi manifestada em sede de recurso pela Recorrente, tornando-se, então, motivo para que a mesma insurgisse contra a decisão da Pregoeira de habilitar a Recorrida no certame, por entender que esta não apresentou o balanço patrimonial necessário.

Importante elucidar que, caso a Pregoeira tivesse observado as informações ausentes ou divergentes quanto ao balanço social, não poderia inabilitar a Recorrida, como requer a Recorrente, visto que, nestas circunstâncias, é possível promover diligência para os esclarecimentos necessários, conforme previsto no edital.

Logo, conclui-se que o balanço social apresentado pela Recorrida estava inserido no SICAF conforme solicitado no instrumento convocatório, assim não, comprometendo ou gerando prejuízo para a avaliação documental da Recorrida no certame, visto que foram devidamente complementadas em sede de recurso.

A Recorrente alega, ainda, que não foi apresentado o Balanço Patrimonial de 2023 da empresa SANE LAGOS LTDA, conforme exigido em edital.

Como visto, o edital exige a apresentação do Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. A Recorrida, então, quando convocada a apresentar seus documentos de habilitação na sessão pública ocorrida em 20/06/2024, apresentou-os dos exercícios de 2021 e 2022.

Assim, considerando que, o último balanço apresentado refere-se ao exercício de 2022, o mesmo passa a ser aceito para análise, de acordo com o subitem 18.4 do edital, que considera o prazo limite definido pela Receita Federal para a entrega da ECD no

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração, vejamos:

"Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração." (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2142, DE 26 DE MAIO DE 2023);

O referido prazo também está regulamentado, conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, vejamos:

Art. 16. O empresário ou sociedade empresária deverá inserir no Sicafe o Balanço Patrimonial elaborado e registrado nos termos da legislação em vigor. (...) § 4º O balanço patrimonial deverá ser apresentado anualmente até o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped para fins de atualização no Sicafe.

Assim, considerando a data de 20/06/2024, em que a Recorrida foi convocada a apresentar seus documentos, bem como, a vigência da IN RFB Nº 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021 supracitada, bem como, IN nº 03, de 26 de abril de 2018, e ainda que até 2023, a entrega da ECD ocorria no último dia útil de maio. Contudo, a mobilização da classe contábil resultou em uma prorrogação, mantida para 2024, tornando o prazo final o

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

último dia útil de junho, será considerado do último exercício social exigível, passando a considerar também o balanço de 2021 para análise, visto que são exigidos os dois últimos balanços da empresa.

Posto isto, não prospera a arguição da Recorrente de ausência do balanço patrimonial da Recorrida, uma vez que considerando os documentos estão completos no SICAF possibilitando a apuração da boa situação financeira da Recorrida, não havendo qualquer prejuízo ao processo, razão pela qual não prospera a alegação da recorrente.

IV. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... considerando que a recorrida apresentou os balanços patrimoniais relativos aos anos de 2021 e 2022, restou atendido o cumprimento do subitem 18.4 do Edital, motivo pelo qual não assiste razão à recorrente.”

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto e subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.047/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação da empresa **SANE LAGOS LTDA**, no pregão em comento.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90.047/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 12 de julho de 2024.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira – Comissão de Pregão III

Matricula: 468.036